

A Efetividade das Políticas Reparatórias no Brasil: uma reflexão crítica sobre os atores sociais das avaliações¹

Lidia Bueno Pereira (UFRGS)²

Palavras chaves: ações afirmativas, efetividade, política pública

Esta pesquisa busca compreender a atual vigência das políticas públicas de ações afirmativas, utilizando como métrica a efetividade sob uma perspectiva antropológica, alinhada à visão dos atores sociais, em especial dos movimentos sociais negros. O diferencial de uma investigação a partir da efetividade inclui uma abordagem interpretativa do processo, englobando dimensões culturais, políticas, econômicas, entre outras, reconhecendo a diversidade de atores sociais e institucionais envolvidos, assim como os diferentes cenários em que são implementadas as políticas públicas reparatórias no cenário brasileiro. A noção de efetividade emerge neste trabalho como um conceito transversal e socialmente relevante no processo de avaliação de políticas públicas, destacando a importância do aprimoramento e avaliação das políticas de ações afirmativas, estimulando uma reflexão mais ampla sobre a atualização e avaliação desse tipo de política pública, a partir da compreensão de quem tem participado dessas discussões e definido as métricas e demandas das ações afirmativas na realidade brasileira vigente.

Ao longo dos últimos anos, o Estado brasileiro vem estabelecendo metas visando implementar políticas públicas que promovam maior equidade social e, conseqüentemente, a diminuição das desigualdades sociais vivenciadas no cotidiano da realidade brasileira. O reconhecimento do protagonismo dos movimentos sociais e dos demais atores sociais envolvidos nas etapas de implementação e atuação dessas políticas públicas fortalece a construção de políticas públicas mais dialógicas com as demandas locais e as agendas internacionais, nas quais o Brasil tem se engajado. O foco deste trabalho está nas políticas de reparação, com ênfase na inclusão das demandas dos diversos atores sociais envolvidos. Especificamente, analisam-se as perspectivas desses agentes no processo de formulação, monitoramento e atualização

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (GT 032: As Ações Afirmativas no Brasil atual: análises antropológicas sobre a eficácia, eficiência e efetividade das reservas de vagas no ensino superior: 2024);

² Doutoranda Programa de Pós Graduação em Antropologia Social/UFRGS

das demandas sociais na esfera pública dos direitos, o que tem permitido a consolidação e a continuidade das políticas afirmativas nesse contexto étnico-racial contemporâneo. Este estudo também examina o papel crucial desempenhado por nós, atores do campo científico e acadêmico na implementação e monitoramento das políticas de ações afirmativas para além do ambiente universitário no Brasil. Para isso, foram selecionados documentos que situam atores públicos e institucionais na arena das ações afirmativas, incluindo a Revisão Periódica Universal da ONU, o Levantamento das Políticas de Ação Afirmativa do GEMAA de 2020 e o Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), "Ações Afirmativas no Serviço Público: A Reserva de Vagas para Pessoas Negras". A partir desse enfoque e da identificação dos espaços onde as políticas públicas são formuladas e repensadas, desenvolve-se uma análise qualitativa da efetividade das ações afirmativas sob esse olhar antropológico.

Torna-se importante partir do entendimento inicial do conceito de efetividade, neste contexto de uma política pública, como algo diretamente relacionado ao dinamismo com que uma política pública é capaz de se renovar e de se reinventar no tecido social, a partir das mudanças conjunturais específicas de cada sociedade. Nessa direção, este estudo descreve e analisa a perspectiva desses atores envolvidos no processo de criação de demandas sociais na esfera pública de direitos. Essas demandas possibilitaram a construção e a continuidade contemporânea do contexto étnico-racial e das políticas reparatórias afirmativas. Faz parte do olhar antropológico a busca pelo entendimento de quem está atuando nessa produção de conhecimento na área temática das políticas públicas de reparação, buscando analisar como esse conhecimento produzido vem se consolidando na realidade.

Ao analisarmos os principais dados e pesquisas produzidos para avaliação e aprimoramento das ações afirmativas, podemos perceber alguns pontos iniciais para reflexão. A maior parte do conhecimento científico no Brasil tem sido produzido em universidades públicas (Cross; Simon; Sinclair, 2017). No geral, essas pesquisas produzidas dentro dessas universidades são elaboradas por grupos de estudos ou de pesquisa que trabalham diretamente e exclusivamente com algum tipo de política pública, ou com assuntos afins que se interseccionam com as ações afirmativas. Essas pesquisas feitas pelas universidades têm dialogado de forma direta e indireta, a depender do contexto, com os distintos níveis governamentais através das instituições.

Vale ressaltar que, em variados momentos, os pesquisadores das universidades e do governo são os mesmos, ora atuando em um local, ora atuando em outro.

Desde o início da implementação das ações afirmativas, as universidades têm subsidiado uma série de dados quantitativos e qualitativos para que o Estado brasileiro, para que este possa se certificar de como vem ocorrendo o processo da implementação e continuidade dessas políticas públicas, utilizando-se assim desses dados como um subsídio institucional. Na busca de analisar de forma mais específica as informações sobre quem está produzindo sobre ações afirmativas, pude constatar algumas temáticas recorrentes que parecem ter mais engajamento e atenção dos pesquisadores e grupos de pesquisa sobre o assunto.

Dentre os materiais trabalhados, pude perceber algumas temáticas dialógicas entre si, em um esforço de sistematização para que fosse possível compreender essa visão mais geral do quadro de toda essa produção, visto a impossibilidade prática de abarcar todas as pesquisas produzidas ao longo dos anos sobre ações afirmativas. Ressalto que, apenas no período compreendido entre os anos 2002 e 2023, aparecem mais de 9.100 depósitos/resultados nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o assunto ações afirmativas (última visita em 11.11.2023).

Sendo possível assim, observar que a maioria dos dados das ações afirmativas vem sendo produzida dentro do ambiente acadêmico, especificamente dentro de seus grupos de pesquisa. Partindo dessa perspectiva, busquei analisar mais informações através da base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Segundo a base de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, na plataforma Lattes, existem 110 grupos de pesquisa cadastrados na base corrente (novembro/2023) com os termos de busca “ações afirmativas” nos nomes dos grupos, nas linhas de pesquisas e/ou nas palavras-chave das linhas de pesquisa. Partindo dessa base inicial, estruturei uma organização desses 110 grupos de pesquisa entre as regiões do país e as áreas de conhecimento, para que possamos compreender de onde vem a avaliação e produção das ações afirmativas. Se organizados por região do país, podemos observar a região Sudeste com o maior número de grupos de pesquisa (37), com 34% do total; seguida da região Nordeste (34), com 31%; Sul (24), com 22%; Centro Oeste (9), com 8%; e Norte (6), com 5%. Do ponto de vista mais aprofundado dos dados dessa pesquisa, torna-se importante chamar atenção para alguns detalhes, em casos como da região Nordeste, por exemplo, existe uma

concentração de grupos de pesquisa em um estado específico, sendo esse: a Bahia, e esses grupos surgem de forma mais consolidada a partir dos anos 2010. De forma similar, em regiões como Sudeste, os grupos se apresentam distribuídos especialmente entre Rio de Janeiro e São Paulo, tendo uma tradição anterior de existência, em termos de datas. Já na Região Sul, existe uma distribuição mais uniforme entre os estados. Ao falar das áreas do conhecimento predominantes nos estudos das ações afirmativas. As Ciências Humanas (78) lideram com imensa maioria os grupos de pesquisa e as análises; consecutivamente, a área das Ciências Sociais Aplicadas (23), em segundo lugar; em seguida, os grupo de Linguística, Letras e Artes (6), Ciências da Saúde (2) e Ciências Exatas e da Terra (1). Evidenciei, ainda, que atualmente temos, dentro das universidades públicas, nas regiões Sudeste e Nordeste, as maiores redes de produção de dados dentro da área das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Nesse ponto, tornou-se importante compreender, mesmo que de forma ampliada, quem estava por trás da produção de alguns dos dados e relatórios utilizados neste trabalho, sendo fundamental esmiuçar a produção da temática dentro da academia, já que essa faz parte dessa produção direta com o Estado. Compreendendo assim, essa atuação como parte do debate sobre avaliação e atualização das políticas públicas de ações afirmativas no contexto brasileiro.

Grande parte do ganho de se fazer avaliações sistemáticas das demandas dos usuários das políticas públicas está na captação de eventuais problemas e novas pendências que possam ser captadas. Além de ser uma forma de se reconhecer as particularidades dos contextos atuais dessas políticas. A temática da avaliação pode ser pensada por diferentes óticas, daí a necessidade de se estabelecer a métrica da qual estamos falando. A avaliação se torna ferramenta imprescindível para desenvolvimento e adaptação contínua de uma política pública (Frey, 2022). Vale sublinhar que a efetividade de uma política pública está diretamente relacionada ao impacto social a longo prazo. Essa busca identifica possíveis efeitos produzidos sobre um público-alvo num determinado período de tempo. Avaliar o impacto social de uma política pública se torna essencial para que se possa perceber, caso o resultado não seja o esperado, como recalculer rotas e vincular novas atuações e ações. A efetividade tem esse caráter horizontal e transversal que agrega camadas à linearidade do processo, podendo ser uma ferramenta de avaliação durante tal processo, capaz de recalculer eventuais rotas para aprimorar os objetivos.

Ao pensar numa efetividade antropológica, estamos falando de uma efetividade que tem como diferencial a percepção antropológica dos sujeitos e dos atores sociais que estão compondo uma política pública. Em essência, a antropologia sempre foi conhecida por ser uma disciplina que aprecia uma abordagem que conecta a realidade empírica com a teoria. Espera-se perceber o impacto das políticas públicas de ações afirmativas para além do indivíduo que entra na universidade, considerando também como essa política pública vem adentrando os horizontes sociais. A antropologia surge aqui como diferencial, no sentido da busca por adicionar mais camadas de participação e compreensão na avaliação da política pública. Com o pressuposto de que a efetividade de uma política pública também se relaciona com a dependência e aderência ao tecido social, evidenciar como os atores sociais podem estar sendo impactados por essa política pública faz parte da perspectiva antropológica. Nesse sentido, busca-se analisar como os vários marcadores sociais passam a integrar esses contextos e devem ser contemplados no aprimoramento da política pública.

O estudo das ações afirmativas e seus desdobramentos no universo social brasileiro têm ocupado um lugar de destaque na produção de trabalhos acadêmicos na área das ciências sociais em geral, e especificamente da antropologia. O principal objetivo das políticas públicas de ações afirmativas em escala global de modo geral, e no Brasil em particular, diz respeito ao processo de inclusão social de grupos historicamente marginalizados nas sociedades. Observa-se nos trabalhos antropológicos, sociológicos e de educadores, o debate sobre a temática, a partir do foco nesses atores sociais. Importante pontuar que as agendas internacionais tendencialmente permanecem alinhadas ao projeto neoliberal com parâmetros quantitativos da efetividade, o qual favorece a ascensão social individual. A discussão sobre as narrativas e efeitos das ações afirmativas levanta questionamentos que permeiam diversas áreas de pesquisa, incluindo os estudos antropológicos que exploram diretamente os processos e métodos de avaliação das políticas públicas, tanto em sua abrangência geral quanto em contextos específicos.

Justifica-se a importância da antropologia a partir do entendimento de que as percepções e reflexões provenientes do trabalho etnográfico realizado com os atores sociais em questão podem adensar os referenciais já existentes no debate socio étnico-racial das políticas de ações afirmativas, aprimorando ainda mais as ações afirmativas. A escuta e descrição dessas narrativas dos próprios sujeitos de pesquisa tornam-se fundamentais para o aprimoramento das políticas públicas educacionais e

para a compreensão delas como uma métrica importante para avaliar e aperfeiçoar as ações afirmativas. Torna-se fundamental compreender a participação antropológica através de dois olhares, o olhar próprio como um dos atores sociais engajados nesse processo e atuação direta na produção científica do tema e o olhar para a importância metodologia de inclusão de novos olhares e atores sociais, em diálogo direto com os movimentos sociais, podendo tornar este processo de aprimoramento das políticas públicas de ações afirmativas mais consistente e fundamentado, interseccionando outras camadas de complexidades além de potenciais futuros utilizadores das ações afirmativas, buscando apreender quais as percepções da importância objetiva e subjetiva dessa política pública para seus usuários.

Visando evidenciar que a efetividade antropológica reside em apresentar uma participação ativa dos demandantes com a realização institucional das demandas das políticas públicas, busco perceber se esse tipo de olhar tem ocorrido nessa política pública. Para isso, relaciono três documentos: *Revisão Periódica Universal da ONU* (Brasil, 2022b), *Levantamento das políticas de ação afirmativa* (Freitas *et al.*, 2022) e Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Ações Afirmativas no Serviço Público: A Reserva de Vagas para Pessoas Negras* (Brasil, 2022a). A ideia de efetividade, no sentido antropológico, inclui um circuito robusto científico e de ação institucional que tem efeitos diretos nessas políticas públicas, a exemplo dos documentos acima. Ao agruparmos em três focos as demandas do documento da *Revisão Periódica Universal da ONU*, podemos separá-los em: políticas raciais, lei do serviço público e fortalecimento da Lei n. 12.711/12 (Brasil, 2012).

Dentre as demandas, vale destacar três pontos relevantes: a ênfase no monitoramento e atualização das políticas de reparação; o papel do campo acadêmico e científico como um espaço atuante da gestação dessas políticas, sendo um chamamento à necessidade de observar as realidades específicas dos grupos; e, por último, a relação direta da efetividade da política pública, reforçando a avaliação das políticas públicas, não apenas através de métricas convencionais e padrões internacionais, mas também considerando contextos locais, culturais e históricos. Nessa seleção, fica evidente que, para esse grupo, torna-se fundamental que se perceba as ações afirmativas com maior foco nas questões raciais, interseccionadas com as questões socioeconômicas, mas lembrando sempre desse marcador social de raça, que por vezes foi desconsiderado como foco principal. No Relatório GEMAA 2020 *Ações Afirmativas* (Freitas *et al.*, 2022), podemos observar alguns dados que

conversam com essas questões. Segundo o relatório, nas universidades públicas federais houve um crescimento gradativo de 21% das cotas raciais, no período de 2012 até 2020 (exceto no ano de 2016 quando houve uma queda, seguida da volta do crescimento). As universidades públicas estaduais passaram por um processo semelhante, de crescimento das AAs com critério racial, embora o crescente percentual tenha sido mais baixo, ficando em 10% a mais em 7 anos. De forma geral, o que podemos entender do relatório do IPEA, é que o percentual de negras e negros no setor público tem crescido, porém o percentual de diferença salarial obteve singelas melhorias entre 2012 e 2019.¹²² Se observarmos as ocupações de cargos, a raça se mostra como marcador determinante, garantindo que homens brancos e mulheres brancas estejam em cargos mais altos e conseqüentemente com maior remuneração. O setor federal é o que precisa de maior atenção para ampliação da equidade racial em diálogo direto com a efetividade. Percebe-se que as ações afirmativas para pessoas negras se ampliaram e as medidas de reservas de vagas vêm se consolidando nos concursos públicos, mecanismo importante no enfrentamento da desigualdade racial. Para garantia de uma efetividade maior da política pública, precisa-se adensar mais critérios e marcadores que envolvam uma reflexão diferenciada sobre o acesso ao setor público, especialmente nos concursos mais concorridos e de maior remuneração, para que se possa atingir um maior número de beneficiários corroborando com as demandas expostas pelos dos movimentos sociais negros.

A partir da atuação desses espaços de reflexão como: GEMAA, IPEA e IBGE, podemos acompanhar a expansão não somente de formas de monitoramento e produção de indicadores, mas da capilarização de cooperações entre ciência e ações institucionais, revelando que a atuação em rede deve ser considerada um dos efeitos visíveis, ou que assim deveriam ser considerados, da efetividade das ações afirmativas no contexto social e político atual. Esses relatórios nos mostram caminhos possíveis, em que as políticas públicas ainda podem avançar nos campos da vida pública, podendo a partir desse olhar antropológico da efetividade aprimorar outras oportunidades para implementações de novas ações de natureza afirmativa, incorporando ainda mais diversidade. Sendo primordial que se perceba a importância desse monitoramento e desse aprimoramento. Torna-se fundamental a incorporação dessas análises baseadas nos dados produzidos por materiais dessa natureza, como

esses relatórios, mas também nos atores sociais que produzem esses documentos, sejam eles institucionais, governamentais ou acadêmicos.

O mapeamento de como e de quem tem produzido sobre as ações afirmativas faz parte da incorporação de mais uma camada de complexidade e aprimoramento no processo de aperfeiçoamento dessas políticas públicas. Faz-se necessário compreender os campos e lógicas mobilizados nessas produções para que se busque a efetividade das políticas reparatórias. Ao longo da reflexão aqui exposta, tornou-se importante reforçar a dimensão política de relevância de se reconhecer os diversos atores sociais inicialmente envolvidos e comprometidos com demandas e lutas reivindicativas pelas ações afirmativas, com ênfase ao protagonismo dos movimentos sociais negros no país e na mudança do próprio campo acadêmico e científico da antropologia.

No esforço de pensar a presença da antropologia como um dos atores sociais importantes no processo de conformação das ações afirmativas, inclusive na formação de opinião no âmbito interno da academia e, também, fora de seus domínios. O objetivo principal parece ser esse, de apresentar um olhar situado sobre o fazer antropológico, indicar eventuais limitações anteriores e apontar potencialidades que podem ser trabalhadas a partir da construção de um novo olhar e de uma nova posição alternativa da disciplina em relação às políticas públicas de ações afirmativas. A análise antropológica pode ser vista como um diferencial, em especial por sua abordagem contextualizada e inclusiva. A antropologia tem como um dos seus pilares disciplinares essa busca sobre os entendimentos das dinâmicas sociais, culturais e históricas, que afetam diretamente as políticas públicas e como essas políticas podem interagir com as comunidades e grupos direta e indiretamente afetados. Ao considerar essa diversidade cultural e os contextos de cada espaço, as ações afirmativas podem caminhar para um olhar mais inclusivo em busca da equidade. Ao analisar as relações sociais, a antropologia potencialmente descortina um entendimento amplo das relações de poder e dominação que envolvem esses múltiplos contextos, inclusive denunciando a atuação do Estado como um ator social influente que produz desigualdades a depender da forma como essas políticas públicas permeiam o tecido social de cada espaço social.

Do ponto de vista prático, sabemos que a antropologia tem uma importante contribuição, principalmente no diálogo direto com abordagens históricas, explorando densamente as conjunturas específicas. A análise do impacto nos grupos ou

comunidades locais a partir do olhar antropológico tem efeitos imediatos e a longo prazo, fazendo parte dessa análise das relações sociais e identitárias.

Ademais, como potencial significativo da antropologia, desponta o diálogo com o campo e a participação social. Nesses termos, torna-se importante entender a capacidade antropológica de atuar no aprimoramento das ações afirmativas a partir de uma perspectiva dialógica, capaz de incluir as demandas dos movimentos sociais e outros atores do processo e que corrobora a implementação de políticas públicas mais inclusivas e eficientes. Esse tipo de abordagem direciona os aspectos visíveis das ações afirmativas, nos critérios objetivos de mudanças de vida, abrangendo os aspectos sociais, culturais e históricos subjacentes, nos critérios mais subjetivos, que podem moldar a efetividade das políticas públicas das ações afirmativas em diferentes espaços sociais.

Ao considerar as condições de discriminação racial e desigualdades que o racismo produz diariamente no cotidiano da vida das pessoas negras no Brasil, esse trabalho buscou compreender como a antropologia, como disciplina, em conjunto com diversos atores sociais, em especial os movimentos sociais negros, pode trabalhar para construção de uma efetividade reparatória. Essa efetividade da política pública de ações afirmativas caminha no horizonte de aprimoramento e ainda maior consolidação no tecido social dessas políticas. Compreender a atuação da antropologia como parte do debate público e social das ações afirmativas corrobora a perspectiva de que a disciplina pode e deve consolidar-se como uma agente com poder político que garante parte da mudança social para além dos debates teóricos dos campos acadêmicos e científicos. Convocando a disciplina para atuação conjunta em prol desse horizonte não apenas analítico, mas sociocultural. Procurei trabalhar a interlocução entre as demandas dos movimentos sociais negros e os dados atuais que vêm sendo produzidos a respeito da efetividade das políticas públicas de ações afirmativas. Inicialmente procurei destacar o agrupamento das demandas para melhor compreensão do todo e um entendimento dos diferentes espaços em que vêm sendo produzidos os dados de ações afirmativas no Brasil nos últimos anos.

A *efetividade* nas formas de avaliar as políticas públicas comumente está associada a essa capacidade de alguma política pública atingir resultados esperados. Quando algo é considerado efetivo, associamos à produção de resultados alcançados e, por vezes, pensados ou planejados anteriormente. Mas o adição da forma de pensar dos sujeitos dessas políticas públicas pode construir, a partir de suas

percepções e demandas, métricas de como uma política pública deve ser percebida e como sua efetividade pode ser diferenciada a partir desse olhar antropológico.

A ideia de incorporar a categoria de efetividade reparatória voltada ao viés antropológico adiciona uma série de camadas de complexidade e densidade ao estudo e aprimoramento das ações afirmativas. O entendimento da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença faz parte desse processo metodológico de incorporação desse olhar sobre a efetividade, adotando processos reparatórios como potenciais mecanismos voltados à quebra das reproduções de desigualdades, buscando atuar diretamente na definição das principais demandas dos grupos historicamente discriminados, absorvendo a importância de prospectar a igualdade racial em todos os âmbitos da vida social.

A efetividade vai além do processo de fixação de número de vagas, ingressos na política de cotas, ou ingresso nas universidades, visto que existe a necessidade de uma continuidade e adentramento na vida dos beneficiários, produzindo mudanças a longo prazo, horizontalizadas. É fundamental que se invista cada vez mais no aperfeiçoamento contínuo dessas políticas. Além do mais, torna-se importante reforçar o papel do Estado brasileiro, sendo este formado por múltiplos atores, com o compromisso público de manutenção e continuidade das ações afirmativas construindo uma responsabilidade social. É importante, também, o reconhecimento da prevalência de imensas desigualdades sociais e econômicas, que interseccionam diversos marcadores sociais, em especial o marcador de raça. Esse tipo de reconhecimento também passa pela atuação da antropologia, sendo incorporado no próprio fazer antropológico. O campo das políticas públicas de ações afirmativas é um ambiente de debate acadêmico/científico, político e disputa recorrente, longe de estar consolidado na arena de contendas civis e sociais. Sendo importante que possamos atuar com toda essa realidade em mente.

O marcador social de raça torna-se transversal à constituição da sociedade brasileira, fruto do processo colonial e da distribuição desigual de capital, obra do sistema capitalista. As condições raciais e a situação de grupos e indivíduos racializados geram relações sociais assimétricas em relação aos recursos e ativos que proporcionam vantagens e desvantagens práticas nas vidas cotidianas das pessoas. Essas problemáticas manifestam-se no nível individual, familiar e social desses grupos. Como forma de enfrentar as formas tradicionais de dominação e as clássicas relações étnico-raciais e sociais, novos direitos devem ser permanentemente

mobilizados. A revisão das políticas colonizadoras, que reforçam essas desigualdades, é uma parte basilar do projeto atual das políticas públicas. Essa mudança no enfoque das políticas públicas é impulsionada também por um interesse antropológico nas novas formas de engajamento político, dentro e fora da disciplina, em conjunto com uma série de grupos historicamente marginalizados no caminho para o reconhecimento de seus direitos.

Uma interpretação socioantropológica situada e pluralista da realidade brasileira tornou-se fundamental como um esforço sistemático de mapeamento analítico das múltiplas realidades particulares. Nessas realidades, as noções conceituais e os diferentes marcadores sociais da diferença indicam os caminhos para uma efetividade reparatória, utilizando o que se denomina marcadores sociais da diferença.

Do ponto de vista antropológico, é fundamental adotar uma perspectiva decolonial, utilizando conhecimentos teóricos e metodológicos que transcendem os limites acadêmicos e institucionais. Essa abordagem visa mobilizar a sociedade contra o poder estrutural de um sistema marcadamente racista e profundamente desigual, como o brasileiro.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Ações afirmativas no serviço público**: a reserva de vagas para pessoas negras. [S.l.]: IPEA, 2022a. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11122>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Apresentação Conjunta à Revisão Periódica Universal da ONU 41a Sessão do Grupo de Trabalho da RPU. **Ações Afirmativas Raciais No Brasil**, [s.l., s.n.], 2022b. Disponível em: https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2022/04/Relatorio_RPU_Acoes-Afirmativas-Raciais.pdf. Acesso em: 25 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, [2012]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1032851/lei-12711-12>. Acesso em: 27 dez. 2023.

CROSS, D.; THOMSON, S.; SINCLAIR, A. Research in Brazil: a report for CAPES. **Clarivate Analytics**. [S.l.]: Clarivate Analytics, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/17012018-capes-incitesreport-final-pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

FREITAS, J. B. *et al.* **Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras** (2020). Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, 2022, p. 1-23.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/download/89/158/474>. Acesso em: 25 dez. 2023.